

Aedifica Oeste SP SPE S.A.											
CNPJ nº 58.716.461/0001-45											
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (valores expressos em milhares de reais)											
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025											
Ativo	Notas	31/12/2025	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido - para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025								
Ativo circulante			Notas	Capital social	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido			
Caixa e equivalente de caixa	3	55.681		139.412	(139.412)	-	-	25.400			
Ativo financeiro a receber	5	32.979	10.a)	-	25.400	-	-	-			
Adiantamentos a fornecedores	-	3.658	10.b)	-	-	1.221	(1.221)	-			
Despesas antecipadas	-	395		-	-	-	24.416	24.416			
Tributos a recuperar	7.a)	4.994	10.d)	-	-	-	(11.598)	(11.598)			
Total do ativo circulante		97.707		139.412	(114.012)	1.221	11.598	38.218			
Ativo não circulante			As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.								
Despesas antecipadas	-	288	Demonstrações de Fluxo de Caixa - Método Indireto								
Deposito caução	-	54	para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025								
Ativo financeiro em formação	5	90.177	Notas	31/12/2025	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
Imobilizado	-	20						36.994			
Total do ativo não circulante		90.539									
Total do ativo		188.246									
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	Demonstração de Resultados								
Passivo circulante											
Debêntures	9	4.003									
Fornecedores	6	8.007									
Encargos sociais e obrigações trabalhistas	-	118									
Impostos, taxas e contrib. correntes e diferidos	7.c) e 7.b)	5.053									
Dividendos a pagar	10	11.598									
Total do passivo circulante		28.779									
Passivo não circulante											
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.d)	12.578									
Impostos, taxas e contrib. correntes e diferidos	7.b)	11.426									
Debêntures	9	97.245									
Total do passivo não circulante		121.249									
Patrimônio líquido	10										
Capital social		25.400									
Reserva legal		1.221									
Reserva de lucros		11.598									
Total do patrimônio líquido		38.218									
Total do passivo e patrimônio líquido		188.246									
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025											
1. Contexto operacional: A Aedifica Oeste SP SPE S.A. ("Companhia" ou "Aedifica") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do estado de São Paulo, constituída em 09 de janeiro de 2025, tendo como objeto social, na qualidade de Sociedade de Propósito Específico, a concessão administrativa de construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não pedagógicos de 17 (dezessete) novas unidades de ensino de nível médio e ensino fundamental II, pertencentes ao Lote Oeste da concorrência internacional nº 01/2024 do Estado de São Paulo de 29 de abril de 2024 durante o prazo de 25 anos. O contrato de concessão administrativa entre Aedifica e o Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Educação ("Seduc") foi firmado em 6 de fevereiro de 2025 ("Contrato de PPP"). Em 17 de março de 2025, a Seduc foi substituída pela Secretaria de Parcerias em Investimentos ("SPI" ou "Poder Concedente") como novo representante do Estado de São Paulo no Contrato de PPP. O Contrato de PPP prevê a construção das unidades escolares em duas fases. A Fase I prevê o término das construções de 8 (oito) escolas até junho de 2026 para início das operações no segundo semestre letivo de 2026. A Fase II prevê o término das construções de 9 (nove) escolas até junho de 2027 para início das operações no segundo semestre letivo de 2027. As operações não pedagógicas das 17 (dezessete) unidades escolares durarão até fevereiro de 2050. Em junho de 2025 foi iniciada a mobilização para as construções das 08 (oito) unidades escolares da Fase I, conforme previsto no Contrato de PPP, sendo elas: Araras, Jardimópolis, Lins, Olímpia, Ribeirão Preto (02 unidades), São José do Rio Preto e Sertãozinho. Das 09 (nove) unidades da Fase II, 6 (seis) delas começaram a fase de mobilização de obras em dezembro de 2025 e, sendo elas: Bebedouro, Itatiba, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e Taquaritinga. As 3 (três) unidades de Campinas possuem previsão de início das construções ao longo do ano de 2026. A Companhia é controlada diretamente pela E.K. Infra Social Participações S.A. Continuidade operacional: A Administração avalia continuamente a lucratividade das operações e a posição financeira da Companhia. Essa análise é realizada com base no plano de negócios, que contempla ações para melhoria constante do desempenho, crescimento das operações e projeções de fluxo de caixa para os próximos exercícios. A Administração também informa que não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando normalmente. Dessa forma, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A emissão da presente demonstração contábil foi autorizada pela diretoria da Companhia em 13 de março de 2026. 2. Base de apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem um maior nível de julgamento e são mais complexas, bem como as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas Notas Explicativas nºs 5 (Ativo financeiro em formação), 8 (Imposto de renda e contribuição social diferidos) e 7 (Impostos, taxas e contribuições correntes e diferidos). As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. A administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas serão aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo disposição em contrário. 2.2. Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor. 2.3. Instrumentos financeiros: 2.3.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo, e subsequentemente, dependendo de sua classificação, podem ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. b) Classificação: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado 2.3.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos ou valor justo por meio do resultado. b) Classificação: A Companhia classifica seus passivos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. 2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos											
Saldos em 09/01/2025											
Integralização de capital											
Constituição de Reserva legal											
Lucro líquido do período											
Dividendos propostos											
Saldos em 31/12/2025											
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											
Demonstrações de Fluxo de Caixa - Método Indireto											
para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025											
Receitas líquidas											
Custos de construção											
Lucro bruto											
Despesas gerais e administrativas											
Lucro operacional											
Resultado financeiro											
Lucro antes do IRPJ e CSLL											
Imposto de renda e contribuição social diferidos											
Lucro líquido do período											
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)											
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES											
para o período de 09 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025											
Receitas líquidas											
Custos de construção											
Lucro bruto											
Despesas gerais e administrativas											
Lucro operacional											
Resultado financeiro											
Lucro antes do IRPJ e CSLL											
Imposto de renda e contribuição social diferidos											
Lucro líquido do período											
Lucro por ação básico e diluído atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)											
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											
vos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. 2.3.4. Impairment de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (<i>impairment</i>). O montante da perda por <i>impairment</i> é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. 2.4. Ativo financeiro em formação: O ativo financeiro em formação é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o Poder Concedente (Nota Explicativa nº 1). As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 e o respectivo ativo está classificado como ativo financeiro em formação. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, estão sendo registrados na conta do ativo financeiro em formação, gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança. 2.5. Ativo imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e são depreciados de acordo com as taxas mencionadas no quadro abaixo. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuro associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os ganhos e as perdas de alienação de bens, quando ocorrido, são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) não operacionais" na demonstração de resultado. Ativos intangíveis adquiridos são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.											
Taxa Depreciação											
Item											
Anual											
Móveis, utensílios											
Computadores e periféricos											
Equipamentos de telefonia											
2.6. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. 2.7. Transações com partes relacionadas: A Companhia adota as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, que requer a identificação, mensuração e divulgação de relacionamentos, transações e saldos existentes com partes relacionadas, incluindo compromissos, quando relevantes para as demonstrações contábeis. Para fins deste Pronunciamento, considera-se parte relacionada qualquer pessoa física ou jurídica que esteja em posição de exercer controle, controle conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, bem como aquelas em que a Companhia exerça controle, controle conjunto ou influência significativa, além do pessoal-chave da administração e seus familiares próximos. As transações com partes relacionadas são realizadas a valores, prazos e condições compatíveis com os praticados no mercado em transações similares, quando aplicável, e devidamente suportadas por contratos formais. As principais práticas adotadas pela Companhia são: a) Reconhecimento – As transações com partes relacionadas são reconhecidas quando da transferência de bens, serviços ou obrigações entre as partes, independentemente da cobrança de preço em contrapartida. b) Mensuração – Os saldos ativos e passivos decorrentes de transações com partes relacionadas são mensurados de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, observando-se os termos contratuais firmados. c) Divulgação – São divulgados nas notas explicativas: (i) a natureza do relacionamento; (ii) os valores das transações; (iii) os saldos existentes, incluindo prazos, condições e garantias; (iv) provisões para perdas relacionadas; e (v) a remuneração do pessoal-chave da administração, discriminada por categoria de benefício. 2.8. Empréstimos e Financiamentos: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento. 2.9. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência de juros ou efeitos inflacionários é reconhecido como despesa financeira. 2.10. Outros ativos e passivos: Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço. Os passivos são reconhecidos quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de forma confiável, sendo mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço. 2.10.1. Segregação entre curto e longo prazo: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou											
aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis. IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis. Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros: O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025. 3. Caixa e equivalente de caixa: 31/12/2025 Caixa e bancos 4 Aplicações financeiras (i) 55.677 Total 55.681 (i) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB), que buscam remunerar a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata. 4. Partes relacionadas: De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa as transações firmadas com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025: a) Identificação das Partes Relacionadas: A Companhia mantém transações com partes relacionadas no curso normal de suas operações, cujas condições contratuais são negociadas entre as partes e estabelecidas com base em critérios técnicos e em condições usuais de mercado. Durante o exercício, a Companhia contratou a Engenform Engenharia Ltda., considerada parte relacionada por ser acionista da controladora da Aedifica, para a prestação de serviços técnicos relacionados às atividades preparatórias para a construção das escolas objeto do contrato de concessão. Os serviços contratados incluem, entre outros: análise de projetos, elaboração de plano de suprimentos, engenharia de valor, suporte aos processos de licenciamento, gestão de QSMS (Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança), elaboração de cronograma e orçamento executivo. Adicionalmente, a Companhia contratou o Consórcio Educa SP para administrar as obras civis das unidades escolares iniciadas no exercício. O Consórcio Educa SP é considerado parte relacionada, uma vez que a Engenform Engenharia Ltda., acionista da controladora da Aedifica, atua como consorciada líder do referido consórcio. b) Transações das Partes Relacionadas: As transações realizadas no exercício estão demonstradas da seguinte: <table><tr><th>Parte relacionada</th><th>Natureza da transação</th><th>2025</th></tr><tr><td>Eng</td></tr></table>	Parte relacionada	Natureza da transação	2025	Eng							
Parte relacionada	Natureza da transação	2025									
Eng											

